



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 478/2018

Aprovar, para efeito de benefício fiscal, o projeto de implantação da empresa **FLOPAM DO BRASIL INDUSTRIA QUÍMICA EIRELI** em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e com o direito que se refere o parágrafo único do art. 14 da Portaria nº 283 de 04 de julho de 2013 do Ministério da Integração Nacional.

O Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 17, do Anexo I do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada desta Autarquia, de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo art. 6º, incisos III e XVII e parágrafo único do anexo I do referido Decreto e suas alterações, bem como o que estabelece os artigos 4º, 48 e 49 da Portaria MI nº 283/2013, de 04 de julho de 2013, em sessão realizada em 26/12/2018,

R E S O L U V E :

Art. 1º Aprovar, para efeito de benefício fiscal, previsto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001 o projeto de implantação da empresa **FLOPAM DO BRASIL INDUSTRIA QUÍMICA EIRELI** CNPJ 13.661.609/0001-53 pessoa jurídica titular do empreendimento sediado em **Camaçari-BA**, com unidade produtora localizada à Via Mar, s/n, BA 530 - Polo Petroquímico, Camaçari - BA, CNPJ 13.661.609/0001-53, tendo a fruição do benefício fiscal iniciada a partir da entrada em operação do empreendimento projetado, segundo constatação, obrigando-se a solicitar a emissão do Laudo Constitutivo por parte desta Autarquia, observado o disposto no capítulo II, item 2.2. do Manual de Instruções - MIBF.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Wanderley Silva**, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos, em 11/01/2019, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0051931** e o código CRC **DEB113F0**.
